

NOME:		NÚMERO USP:	
ASSINATURA:		NOTA:	

DISCIPLINA: CONTRATOS EMPRESARIAIS E TÍTULOS DE CRÉDITO EM ESPÉCIE
PROVA FINAL / 26 DE JUNHO DE 2017

1. Eduarda, empresária, resolve comprar a Mc Bob's Comércio Ltda. ("Mc Bob's"), sociedade que explora uma loja localizada no Shopping Cidade Moinho, famoso shopping center do Município de Porto Alegre-RS. O empreendimento foi iniciado por Mark, titular de 99% das quotas emitidas pela empresa. Após uma extensa fase de negociações - na qual Mark disponibilizou informações contábeis, contratos e outros documentos a respeito da empresa aos advogados de Eduarda - as partes celebraram um Contrato de Compra e Venda de Quotas Sociais. Considerando que a Mc Bob's é ré em diversas reclamações trabalhistas, as partes estabeleceram mecanismos contratuais para garantir que Mark seja responsável por todos os débitos da sociedade que se relacionem a eventos anteriores ao momento de efetiva transferência das quotas. Com base nestas informações, responda: (a) Quais são as consequências da disponibilização de informações incorretas e/ou imprecisas nesse momento da formação contratual? (b) Explique resumidamente quais são os principais mecanismos contratuais, comumente utilizados nos contratos de M&A, que as partes podem inserir de modo a (i) alocar corretamente suas responsabilidades por débitos pretéritos e (ii) garantir que, após a assinatura do acordo, tal divisão seja respeitada. Fundamente sua resposta com base nos conceitos apresentados por Ronald Barusch. (c) Eduarda pode negociar a inserção de uma cláusula de não-concorrência no contrato? (d) Ao analisar todos os contratos disponibilizados sobre a Mc Bob's, os advogados de Eduarda informaram-na acerca da existência de uma cláusula de raio no contrato de locação entre a Mc Bob's e o Shopping Cidade Moinho. Eduarda é também controladora da empresa Pet Comércio S.A. ("Pet"), que atua no segmento de produtos para animais de estimação. A Pet tem lojas dentro da cláusula de raio. Quais os cuidados que Eduarda precisa tomar para evitar violar a cláusula de raio? (5,0 pontos)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	

30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

2. Estouro Alimentos Ltda., sociedade empresária produtora de pipocas industrializadas, firmou Contrato de Fornecimento de milho com Carla e José, administradores da Fazenda Espantalho, não registrados como empresários. Nos termos do Contrato, a Estouro realizaria o pagamento do equivalente a 50% do preço das safras adquiridas à época de sua semeadura, emitindo Nota Promissória com vencimento à vista em garantia do pagamento dos outros 50%, que deveria se dar quando da entrega do primeiro carregamento de milho à empresa. Após a semeadura da primeira safra, uma praga tomou conta da plantação e, em um ato de desespero, Carla e José venderam o crédito previsto na Nota Promissória recebida da Estouro para Paula, dona de fazenda vizinha, para angariar fundos para combater a praga e possibilitar a entrega de milho à empresa. Paula, cuja plantação também havia sido atacada pela praga, ajuizou Execução de Título Extrajudicial contra a Estouro com base na Nota Promissória adquirida. A Estouro opôs, tempestivamente, Embargos à Execução, apresentando o Contrato de Fornecimento e alegando que a Nota Promissória não poderia ser executada antes da entrega da safra de milho pela Fazenda Espantalho. (a) Analise a defesa apresentada pela empresa, explicando sua procedência ou improcedência. Sua conclusão seria a mesma, caso a Nota Promissória houvesse sido emitida com vencimento em dia certo? (b) Qual o instituto do direito cambiário que permite a transferência da titularidade da Nota Promissória e o que o difere da cessão de crédito? (2,0 pontos)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	

3. Em audiência pública realizada pela Comissão de Valores Mobiliários a respeito do financiamento coletivo (*crowdfunding*), um dos superintendentes da autarquia afirmou que “nosso objetivo é prover segurança jurídica para as plataformas de (...) *crowdfunding* e para os empreendedores de pequeno porte que queiram fazer captações pela internet. Ao mesmo tempo, é necessário promover a proteção adequada dos investidores que, em muitos casos, não são participantes costumeiros dos mercados de capitais”. O financiamento coletivo está baseado na celebração de contratos que utilizam computadores e a internet como suportes essenciais para sua celebração. O modelo contratual mais utilizado nas plataformas brasileiras é o de contratos de mútuo conversíveis em ações. Com base nas discussões realizadas ao longo do curso, e considerando os conceitos legais de valor mobiliário e oferta pública, responda: (i) Qual é a função econômica dos contratos de *crowdfunding*? Todo contrato de *crowdfunding* é valor mobiliário? (iii) Mencione duas diferenças entre os títulos de crédito e os valores mobiliários utilizando exemplos dentre os casos utilizados no curso (3,0 pontos).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	